

**Autoras:** Claudia Paiva Carvalho e Julia Ávila Franzoni

**Título:** Reescrita da Casa Almerinda Gama: a atuação do movimento de mulheres na disputa da produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro

### **Resumo simples**

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa e extensão da UFRJ e consiste em uma proposta de reescrita feminista da Casa Almerinda Gama, uma ocupação do Movimento de Mulheres Olga Benário localizada no centro do Rio de Janeiro e dedicada ao acolhimento de mulheres em situação de violência e de vulnerabilidade. O objetivo da reescrita é contrastar, de um lado, a história contada a partir do processo judicial movido pelo Estado, proprietário do imóvel buscando a remoção das ocupantes, e de outro lado, a memória social do conflito produzida pelas próprias ocupantes. Para isso, situamos o conflito territorial em um contexto de lacuna dos serviços públicos voltados à proteção dos direitos das mulheres e de avanço de propostas de revitalização do centro do Rio de Janeiro pautadas por interesses financeiros. A partir da construção de Linhas do Tempo sobrepostas, opondo os discursos produzidos pelo Estado, em diferentes escalas do poder, e as perspectivas das ocupantes e do movimento, buscamos evidenciar as disputas em torno da produção do espaço da cidade, dos projetos para o centro do Rio de Janeiro e das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

### **Resumo expandido**

#### Contextualização do tema

No dia 08 de março de 2022, o Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou um imóvel localizado no centro do Rio de Janeiro que estava há mais de 8 (oito) anos abandonado, com o objetivo de transformá-lo em um espaço de acolhimento de mulheres em situação de violência e de vulnerabilidade. A ocupação recebeu o nome Casa Almerinda Gama e, seguindo o exemplo de outras ocupações do movimento, assumiu o formato de uma casa de referência para mulheres que pretende se somar à rede de equipamentos públicos dedicados ao enfrentamento à violência doméstica e de gênero. A ocupação é autogestionada pelas coordenadoras, militantes e abrigadas, que se organizam nas tarefas de manutenção da casa e contam com o apoio de uma rede de voluntárias, incluindo advogadas populares, psicólogas e arquitetas (FRANCO, 2025).

Poucos meses após a ocupação do imóvel, situado na Rua da Carioca, número 37, o Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação reivindicatória buscando remover as ocupantes com fundamento no seu título de propriedade e em suposta falta de segurança no uso da casa. À ofensiva judicial movida pelo Estado somam-se outras iniciativas do poder público estadual e municipal em detrimento da ocupação e do

projeto que ela representa, incluindo ações de suspensão do fornecimento de água à Casa e, de forma mais ampla e estrutural o avanço da proposta de "revitalização" do Centro da cidade, capitaneada pelo BNDES em parceria com a Prefeitura, com intuito de atrair empreendimentos comerciais à região e, portanto, favorecer interesses político-econômicos do setor privado, em desconsideração aos usos atuais do espaço e à realidade material do território e dos corpos que o habitam.

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto de extensão inserido em uma iniciativa nacional que propõe atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à reescrita de decisões judiciais a partir de perspectivas feministas (SEVERI 2023). No lugar de reescrever uma decisão, nos propusemos a reescrever a própria história da Casa Almerinda, com apoio nas ferramentas teóricas do conhecimento situado (HARAWAY, 1988) contrastando a atuação e a narrativa do Estado a partir (principalmente) do processo judicial com a atuação e a narrativa das próprias ocupantes a partir de um exercício de recuperação da memória social da Casa como instrumento de luta e de disputa da produção do espaço na cidade.

## Objetivo

O objetivo principal do projeto é criar uma “memória posicionada” da Casa Almerinda Gama que, contrapondo-se ao discurso oficial do Estado, permita pensar outros usos para imóveis abandonados, outras formas de imaginar e viver o centro do Rio de Janeiro, bem como de entender a prestação dos serviços públicos e as políticas de combate à violência de gênero.

## Metodologia

Construímos a metodologia de reescrita por meio de Linhas do Tempo sobrepostas, partindo dos repertórios cartográficos da “pedagogia situada” (ALMEIDA, FRANZONI, 2022 e FRANZONI, 2023), que contrastam, de um lado, as movimentações processuais do “mundo dos autos” e, de outro lado, as realidades e experiências concretas da Casa na vida social.

A história processual ou institucional foi esmiuçada a partir de indicadores que permitiram sistematizar os atos e as movimentações do processo judicial com atenção ao momento em que foram praticados, aos sujeitos presentes e participantes, aos argumentos, provas e normas mobilizadas e às consequências no mundo real.

Por sua vez, a dimensão social da história da ocupação foi reconstruída por meio de um trabalho de seleção e de categorização dos registros publicados na página do Instagram da Casa, que constitui importante ferramenta de comunicação do movimento e, como tal, organiza um repositório de informações sobre o funcionamento e as atividades da Casa. A construção metodológica foi pensada em conjunto com as coordenadoras e ocupantes com o objetivo de classificar os eventos a partir de suas naturezas e dos significados que constroem, conforme orientados, por exemplo, ao financiamento, à manutenção e infraestrutura, à ação política direta, à construção de parcerias e redes de apoio, à promoção de festas e eventos culturais.

Assim, a partir da recuperação da memória social, a construção das Linhas do Tempo buscou reconstruir marcos que não são os mesmos da ação reivindicatória e cruzar as representações em cada âmbito.

#### Síntese dos resultados

As informações extraídas da matriz institucional ou do “mundo dos autos” demonstram a interpretação do conflito territorial a partir do entendimento de determinadas escalas de poder do Estado que tendem a reificar a posição das ocupantes e do movimento social. Chama atenção, especialmente: (i) a postura reiterada do Estado de negar a oitiva das mulheres, ao mesmo tempo em que se omite na prestação de políticas efetivas de enfrentamento à violência de gênero; e (ii) a narrativa que enquadra as mulheres e suas estratégias como ilegais, criminalizando suas práticas ou as descredibilizando como irresponsáveis.

Enquanto a história contada no “mundo dos autos” seleciona quem tem voz (atores formais do sistema de justiça, agentes do Estado, corpo técnico), quais os fatos e eventos considerados e como serão valorados (como invasão de propriedade, risco à segurança etc.), o trabalho de memória permite multiplicar as perspectivas consideradas a partir da escuta de outros sujeitos, com o potencial de perturbar a narrativa judicial, de contestá-la e de disputar os sentidos que ela produz. A construção das Linhas do tempo foi pensada para produzir o efeito direto e imediato de contraste: o que se vivia na realidade da Casa, das ocupantes, das abrigadas e de suas parcerias e redes de apoio, em contraposição ao que se passava nas movimentações processuais.

Ao possibilitar a coleta e a construção de registros em diferentes parâmetros e indicadores, o trabalho faz aparecer uma contranarrativa que problematiza a disputa jurídica e nos ajuda a pensar em outros modos de produção do espaço. Assim, a

reescrita da história da Casa Almerinda Gama se encontra com a reescrita da própria Rua da Carioca, que regenera a nossa visão sobre os sujeitos, os termos e as implicações das disputas pelo espaço na cidade e no centro do Rio de Janeiro.

## Referências

DE ALMEIDA, P. O.; ÁVILA FRANZONI, J. Cercos e tramas de pedagogia situada: ensino do Direito em campos de várzea. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 249–280, 2022.

FRANCO, Larissa Batista. *Tomaram a rua e a fizeram uma casa feminista: direito à cidade sob perspectiva de gênero a partir da Ocupação Casa de Referência Almerinda Gama*. Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF [Dissertação de Mestrado]: Niterói, 2025.

FRANZONI, Julia Ávila. *O direito & o direito: histórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico espacial*. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995. p. 07-41.

SEVERI, Fabiana (Org.). *Reescrevendo decisões judiciais em perspectiva feminista: a experiência brasileira*. Ribeirão Preto (SP): IEA / FDRP-USP, 2023.